

Álvaro Mayrink da Costa

Comentários ao
CÓDIGO PENAL

Parte Geral



Rio de Janeiro
2022

1ª edição – 2022

© *Copyright*

Álvaro Mayrink da Costa
alvaro.mayrink@terra.com.br
www.execucaopenal.org

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Conselho Editorial

- *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis*
- *Arnaldo Rizzarda* • *Arruda Alvim (in memoriam)* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo*
- *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro* • *Nelson Nery Costa*
- *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira*

Diagramação

Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C87c

Costa, Álvaro Mayrink da, 1936-

Comentários ao código penal : parte geral / Álvaro Mayrink da Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.
926 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-033-8

1. Direito penal - Brasil. 2. Brasil. [Código penal (1940)]. I. Título.

21-72251

CDU: 343.2(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410

Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP

Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>NOTA DO AUTOR</i>	VII
<i>OBRAS DO AUTOR</i>	IX
<i>ABREVIATURAS</i>	XI
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS COMENTÁRIOS À PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	1
I - FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL.....	1
II - A NORMA PENAL	14
III - A INTERPRETAÇÃO DA LEI E A SEGURANÇA JURÍDICA	23
Título I	
DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	
Art. 1º. ANTERIORIDADE DA LEI	31
I - Antecedentes históricos	31
II - Antecedentes legislativos	31
III - Princípios constitucionais expressos ou defluentes	32
1. Princípio da legalidade ou da reserva legal	32
2. Princípio da taxatividade	39
3. Princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato	39
4. Princípio da igualdade ou isonomia	41
5. Princípio da dignidade da pessoa humana	42
6. Princípio da irretroatividade da lei mais grave	45
7. Princípio da intranscendência	46
8. Princípio da individualização da pena	46
9. Princípio da culpabilidade (nulla poena sine culpa)	47
10. Princípio da intervenção mínima (nulla poena sine necessitate)	49
11. Princípio da fragmentalidade	51
12. Princípio da lesividade ou da ofensividade (nulla necessitate iniura)	52
13. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	55
14. Princípio da proporcionalidade	57
15. Princípio da proibição de excesso.....	60
Art. 2º. LEI PENAL NO TEMPO	61
I - Sucessão de leis penais no tempo.....	61
II - Âmbito de validade temporal.....	62

III – Extraterritorialidade.....	62
IV - Irretroatividade da lei penal mais grave (novatio legis in pejus).....	63
V - Retroatividade da lei penal mais benéfica	63
VI - Novo tipo penal.....	64
VII - Abolição do tipo penal (abolitio criminis)	64
VIII - Introdução de disposições modificadoras.....	65
IX - Leis sucessivas	65
X - Variação nas leis	65
XI - Combinação de leis	66
XII - Medidas de segurança	68
XIII - Lei de execução penal	68
XIV - Vacatio legis	69
Art. 3º. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA.....	69
I – Lei excepcional ou temporária.....	69
II - Direito temporal em relação aos injustos integrados.....	70
III - Tipos integrados por uma pluralidade de fatos	70
IV - Crimes habituais.....	71
V - Crimes permanentes.....	71
VI - Crimes continuados.....	71
VII - Normas penais em branco	72
Art. 4º. TEMPO DO CRIME.....	73
Art. 5º. TERRITORIALIDADE	75
I - Direito penal internacional.....	75
II - Soberania dos estados.....	76
III - Território nacional	76
IV - Princípio da territorialidade	76
V - Território nacional por extensão	78
VI - Imunidade parlamentar	78
VII - Princípio da representação ou substituição	80
VIII - Princípio da territorialidade temperada.....	80
IX - Crimes praticados a bordo	81
X - Limites do mar territorial brasileiro	81
XI - Direito de passagem inocente	81
XII - Zona contígua e econômica.....	82
XIII - Plataforma continental.....	82

XIV - Espaço aéreo.....	82
XV - Lei do abate.....	83
Art. 6º. LUGAR DO CRIME.....	84
I - Lugar do crime.....	84
II - Omissivos próprios e concurso de pessoas	84
III - Crimes à distância.....	84
IV - Crimes conexos, habituais, continuados e permanentes.....	85
Art. 7º. EXTRATERRITORIALIDADE	85
I - Extraterritorialidade da lei penal.....	86
II - Princípios aplicáveis.....	86
III - Extraterritorialidade incondicionada.....	86
IV - Extraterritorialidade condicionada	88
V - Imunidades diplomáticas.....	89
VI – Extradicação.....	90
VII – Classes.....	91
VIII - Princípios informadores	91
IX - Extradicação não será concedida.....	92
X - Brasileiro naturalizado.....	93
XI - Crime político	93
XII – Formas.....	95
XIII – Fontes.....	95
XIV - Nacionalidade do extraditando.....	95
XV - Sistema de efetivação	96
XVI – Expulsão	97
XVII - Asilo e refúgio	98
XVIII – Reextradição.....	99
XIX – Diferenciações	99
XX - Tribunal Penal Internacional.....	99
XXI - Crimes sob a jurisdição do Tribunal Penal internacional.....	100
XXII - Perfil da jurisdição.....	100
XXIII – Fundamentos.....	101
XXIV – Princípios.....	101
XXV - Pena de morte e prisão perpétua	102
Art. 8º. Pena Cumprida no Estrangeiro	103
Art. 9º. Eficácia de Sentença Estrangeira.....	104

I - Sentença estrangeira.....	104
II – Homologação.....	105
Art. 10. Contagem de Prazo.....	106
Art. 11. Frações Não Computáveis da Pena.....	107
Art. 12. Legislação Especial.....	108
I - Fatos incriminados pela lei especial.....	108
II - Concurso aparente de normas penais.....	108
III - Concurso aparente de tipos.....	109
IV - Princípio da especialidade.....	109
V - Princípio da subsidiariedade.....	110
VI - Princípio da consunção.....	111
VII - Tipo complexo.....	112
VIII - Princípio da alternatividade.....	112
IX - Tipo progressivo.....	113
Título II	
DO CRIME	
I - Linhas estratificadas da construção.....	114
II - Tendências contemporâneas.....	119
III - Distinção entre crime e contravenção.....	122
IV - Sujeitos do delito.....	122
V - Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.....	125
VI - Objeto material da ação.....	130
VII - Objeto jurídico.....	131
Art. 13. Relação de Causalidade. Superveniência de Causa Independente. Relevância da Omissão.....	133
I - Nexos de causalidade.....	134
II – Resultado.....	136
III - Teoria da equivalência das condições.....	137
IV - Teoria da causalidade da relevância jurídica.....	140
V - Teoria da causalidade adequada.....	142
VI - Teoria da imputação objetiva.....	143
VII - Polêmica em torno do conceito de ação.....	149
VIII - Ausência de ação (fase negativa).....	151
IX - Atos reflexos e atos instintivos.....	152
X - Estados de plena inconsciência.....	153

XI - Coação física irresistível	155
XII - Caso fortuito e força maior	156
XIII - Causas preexistentes, concomitantes e simultâneas	156
XIV – Omissão.....	157
XV - Omissão própria e imprópria	159
XVI - Omissivos impróprios e a posição de garante.....	159
XVII - Coautoria e participação	160
Art. 14. Crime Consumado. Tentativa . Pena de Tentativa	161
I – Consumação	161
II – Tentativa	162
III - Fundamentação da punibilidade.....	166
IV - Fase objetiva	167
V - Teorias da tentativa.....	168
VI - Fase subjetiva.....	169
VII - Figuras especiais no tratamento da tentativa	170
Art. 15. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	176
I - Desistência voluntária e arrependimento eficaz	176
II - Natureza jurídica	176
III - Tentativa acabada e inacabada.....	177
IV – Pressupostos	177
V - Desistência presumidamente inacabada	178
VI – Voluntariedade.....	178
VII – Espontaneidade.....	179
VIII - Conduta omissiva	179
IX - Arrependimento eficaz.....	180
X - Concurso de pessoas.....	180
XI – Distinção	180
XII - Tentativa abandonada.....	181
XIII - Tentativa falha	181
Art. 16. Arrependimento Posterior.....	182
I - Conceito	182
II – Requisitos	182
III – Momento.....	182
IV - Reparação do dano e restituição da coisa.....	183
V – Voluntariedade.....	183

VI - Arrependimento posterior e causa de redução premiada	183
Art. 17. Crime Impossível	184
I – Crime impossível e tentativa inidônea.....	184
II - Flagrante preparado ou esperado	186
III - Idoneidade de meios.....	186
IV - Tentativas irreais	187
Art. 18. Crime Doloso. Crime Culposos	189
I – Dolo	189
II - Dolo como momento final da ação	193
III – Teorias	198
IV - Teorias voluntaristas	198
V - Teoria da representação	199
VI - Teoria do consentimento	199
VII - Teoria da probabilidade	201
VIII - Teorias explicativas.....	201
IX - Teoria do risco	201
X - Fórmulas de Frank	202
XI - Dolo eventual nos crimes de trânsito	205
XII – Culpa	207
XIII - Posição welzeliana.....	210
XIV - Violação do dever de cuidado	214
XV - Princípio da confiança	218
XVI - Culpa consciente e inconsciente	220
XVII - Formas e espécies	221
XVIII - Culpa temerária	222
XIX - Compensação e concorrência	222
XX - Culpa por assunção	222
Art. 19. Agravação pelo Resultado	223
I - Resultado	223
II - Princípio da insignificância	230
III - Crimes qualificados pelo resultado	230
IV - Previsibilidade do resultado	231
V – Preterintencionalidade	231
VI - Tipos complexos.....	233

Art. 20. Erro Sobre Elementos do Tipo. Discriminantes Putativas. Erro Determinado por Terceiro. Erro sobre a Pessoa	233
I - A questão do erro.....	234
II - Elementos normativos e descritivos.....	234
III - Formas de incidência do erro.....	235
IV – Teorias.....	235
V - Erro sobre os elementos integrantes do tipo.....	235
VI - Erro de direito extrapenal.....	236
VII - Erro sobre as causas e circunstâncias que agravam ou atenuam a resposta penal.....	236
VIII - Erro de subsunção.....	237
IX - Erro do tipo essencial.....	237
X - Erro sobre as discriminantes putativas.....	237
XI - Erro determinado por terceiro.....	241
XII - Erro sobre a pessoa.....	242
Art. 21. Erro Sobre a Ilícitude do Fato	242
I - Erro de Proibição.....	243
II - Erro vencível e invencível.....	248
Art. 22. Coação Irresistível e Obediência Hierárquica	249
I – Culpabilidade.....	249
II - Evolução do conceito.....	252
III - Teorias contemporâneas.....	259
IV - Teoria normativa pura.....	261
V – Culpabilidade.....	263
VI - Conceito social de culpabilidade.....	263
VII - Consciência potencial da ilicitude.....	264
VIII – O não dever com fulcro no conteúdo cultural normativo.....	267
IX - Coação moral irresistível (vis compulsiva).....	268
X - Coação física (vis absoluta).....	270
XI - Atenuação e agravação.....	270
XII - Coator, coato e vítima.....	271
XIII - Desobediência civil.....	271
XIV - Obediência hierárquica.....	272
XV - Ordem manifestamente ilegal.....	275
XVI - Inexigibilidade de conduta diversa.....	275

Art. 23. Exclusão de Ilícitude. Excesso Punível	278
I – Ilícitude	278
II - Causas de justificação	281
III - Princípio da ausência do interesse	282
IV – Consentimento do ofendido (Einwilligung des Verletzten)	284
V - Consentimento presumido.....	285
VI - Causa de justificação e excludente da tipicidade.....	288
VII - Estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito	288
VIII - Uso da algema	294
IX - Defesas mecânicas	294
X - Excesso punível	295
Art. 24. Estado de Necessidade.....	297
I - Estado de necessidade justificante.....	298
II - Estado de necessidade por colisão de deveres	300
III – Teorias. Históricos fundamentos	301
IV – Natureza jurídica do estado de necessidade.....	302
V – Sujeitos ativo e passivo	305
VI - A restrição do estado de necessidade exculpante operada por cláusula de exigibilidade	307
VII - Auxílio necessário no estado de necessidade	308
VIII – Requisitos.....	309
IX - Estado de necessidade exculpante e supralegal.....	313
X - Excesso no estado de necessidade justificante	317
XI - Causa de diminuição de pena	317
Art. 25. Legítima Defesa	317
I - Antecedentes históricos.....	318
II - Duplo fundamento da legítima defesa.....	319
III – Teorias da legítima defesa	321
1. Teoria da coação moral.....	321
2. Teoria da escusa legal.....	322
3. Teoria do exercício de um direito	323
4. Teoria da delegação do poder público.....	325
5. Teoria positiva	326
6. Teoria éticossocial limitada.....	326
7. Teoria do interesse preponderante	326
IV - Natureza jurídica da legítima defesa	327

V – Conceito	328
VI – Requisitos da legítima defesa	328
1. Injusta agressão	328
2. Agressão ilícita	334
3. Bens e interesses a serem defendidos.....	338
4. Atualidade ou iminência da agressão	340
5. Moderação	342
6. Provocação e agressão injusta	343
7. Lesões a bens jurídicos de terceiros	344
VII – Defesas mecânicas predispostas	346
VIII - Legítima defesa putativa	348
IX - Excesso punível	351

Título III DA IMPUTABILIDADE PENAL

Art. 26. Inimputáveis. Isenção de pena. Redução de Pena	353
I – Imputabilidade	353
II - Posição normativa	355
III - Causas de exclusão da culpabilidade.....	355
IV - Doença mental	357
V - Capacidade psíquica reduzida	367
Art. 27. Menores de Dezoito Anos	369
I – Menoridade.....	369
Art. 28. Emoção e Paixão. Embriaguez: voluntária ou culposa. Isenção de pena. Redução de Pena	373
I - Emoção e paixão	373
II – Embriaguez	375
III - Actiones liberae in causa	378

Título IV DO CONCURSO DE PESSOAS

Art. 29. Participação de menor importância	381
I - Evolução histórico-normativa	381
II - Autoria e participação	387
III - Pessoa jurídica	390
IV - Teoria objetivo-formal.....	392
V - Teoria subjetiva	393
VI - Teoria do acordo prévio	393

VII – Teoria do domínio do fato	394
VIII – Autoria direta	397
IX – Autoria mediata	398
X – Coautoria	401
XI – Participação	405
XII – Instigação	410
XIII – Cumplicidade	411
XIV – Espécies de concurso	414
XV – Participação de menor importância	414

Art. 30. Circunstâncias Incomunicáveis	415
--	-----

I – Circunstâncias e condições incomunicáveis.....	415
--	-----

Art. 31. Casos de Impunibilidade.....	417
---------------------------------------	-----

Título V DAS PENAS

I - As penas e sua razão existencial	418
II – Evolução histórica	418
III – Teorias, fins e funções da pena	426
IV – Questões críticas e o modelo garantidor	439

CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES DE PENA

Art. 32 - Penas	449
I – Espécies de pena	449
II – Pena unitária de prisão	451
III – Nota sobre a pena de morte	451

Seção I Das Penas Privativas de Liberdade

Art. 33. Reclusão e Detenção. Regimes de cumprimento	
I – Penas privativas de liberdade	460
II – Modelos Penitenciários	464
1. Sistema pensilvânico	464
2. Sistema auburniano:.....	466
3. Sistema progressivo inglês.....	468
4. Sistema progressivo irlandês	470
5. Modelo de Elmira	470

III – Regime prisional brasileiro	471
Art. 34. Regras do Regime Fechado	481
I - Sistemas e regimes penitenciários	481
II - Regimes prisionais brasileiros	486
III - Regime fechado	490
IV - Regime disciplinar diferenciado	493
V - Exame criminológico	499
VI - Visita íntima	505
VII – Permissões de saída	508
VIII – Trabalho prisional	508
Art. 35. Regras do Regime Semiaberto.....	510
I - Regime semiaberto	510
II – Monitoramento eletrônico	518
III – Saída temporária	520
Art. 36. Regras do Regime Aberto	522
I - Regime aberto	522
Art. 37. Regime Especial.....	529
Art. 38. Direitos do Preso	532
Art. 39. Trabalho do Preso	546
I – Trabalho do preso	546
II - Política Nacional de Trabalho, no âmbito do Sistema Prisional.....	554
III – Remição	554
1. Remição pelo trabalho	555
2. Remição pelo estudo	558
3. Remição pela leitura.....	560
IV - Remição pelo dano moral	561
V - Revogação do período remido	562
Art. 40. Legislação Especial.....	564
Art. 41. Superveniência de Doença Mental.....	565
I - Superveniência de doença mental	565
II - Medida de segurança provisória	566
Art. 42. Detração	566

I – Detração	566
Seção II	
Das Penas Restritivas de Direito	
Art. 43. Penas Restritivas de Direitos	569
I - Penas restritivas de direitos	569
II - Prestação pecuniária	572
III - Perda de bens e valores.....	573
IV - Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas	574
V - Interdição temporária de direitos	576
VI - Limitações de fim de semana.....	580
Art. 44. Penas restritivas de direitos são autônomas	581
I - Requisitos objetivos e subjetivos:	582
II - Execução Provisória da Pena Restritiva de Direitos	583
III - Violência doméstica	584
IV - Colaboração premiada	585
V - Crime hediondo	585
VI - Crime militar	586
VII - Crimes ambientais.....	586
VIII - Descumprimento injustificado da restrição imposta	586
IX – Estrangeiro.....	587
X - Condenação à pena privativa de liberdade por novo crime.....	587
XI - Regras de substituição.....	587
XII – Compatibilização	587
XIII - Superveniência de condenação	588
Art. 45. Conversão das Penas Restritivas de Direitos	588
I - Prestação pecuniária	589
II – Conversão	589
III - Prestação de outra natureza	590
IV - Perda de bens e valores	590
Art. 46. Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas	591
I - Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas.....	592
II - Suspensão condicional do processo e prestação de serviço social alternativo	592
III - Conversão diante da execução	593
IV – Substituição	593
V – Prescrição	593

VI - Alterações na execução da pena de prestação de serviços à comunidade	593
Art. 47. Interdição Temporária de Direitos	593
I - Interdição temporária de direitos	594
II - Proibição de exercício de cargo público, função ou atividade, bem como mandato eletivo	594
III - Proibição do exercício de atividade ou ofício que dependam de habilitação especial de licença ou autorização do poder público.....	595
IV - Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	595
V - Proibição de frequentar determinados lugares	596
VI - Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos.....	596
VII - Conversão obrigatória	596
VIII - Juizados especiais.....	596
Art. 48. Limitação de Fim de Semana	597
Limitações de fim de semana	597
Seção III	
Da Pena de Multa	
Art. 49. Multa	598
I - Generalidades	599
II - Evolução histórico-normativa do Direito pátrio	601
III - Âmbito de aplicação. Cálculo. Detração.....	602
IV - Natureza jurídica e requisitos da substituição	604
Art. 50. Pagamento da Multa	605
I - Pagamento da multa	605
Art. 51. Conversão da Multa e Revogação.....	607
II - Recolhimento da multa como condição para a progressão de regime	609
III – Prescrição	609
Art. 52. Suspensão da Execução da Multa.....	610
Capítulo II	
Da Cominação das Penas	
Art. 53. Penas Privativas de Liberdade	611
Art. 54. Penas Restritivas de Direitos	612
Art. 55. Tempo de Duração.....	613

Art. 56. Penas de interdição	614
I. Aplicação	614
II. Execução.....	614
 Art. 57. Execução da pena de interdição	 615
Art. 58. Pena de Multa	615
I - Limites	615
II - Compatibilidade de aplicação	615
III - Leis especiais	616
 Capítulo III Da Aplicação da Pena	
Art. 59. Fixação da Pena	618
I - Aplicação da pena	618
 Art. 60. Critérios Especiais da Pena de Multa. Multa substitutiva.....	 625
I – Conceito.....	625
II - Aumento de pena.....	625
III – Diminuição.....	625
IV - Multa irrisória	626
V - Critérios para fixação	626
VI - Multa substitutiva	626
 Art. 61. Circunstâncias Agravantes	 626
 Art. 62. Agravantes no Caso de Concurso de Pessoas	 650
 Art. 63. Reincidência	 654
I - Conceito	654
II - Maus antecedentes	654
III - Reincidência específica ou genérica	655
IV - Efeitos da reincidência	655
V - Prova da reincidência.....	657
 Art. 64. Para efeito de reincidência	 657
I - Prescrição.....	658
II - Crime político e militar	658
III - Crimes políticos	658

IV - Crimes militares	659
Art. 65. Circunstâncias Atenuantes.....	660
I - Ser o agente menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data de sentença	660
II – Idoso	661
III - Desconhecimento da lei. Erro de vigência	661
IV - Motivo de relevante valor moral ou social.....	662
V - Evitação ou minoração das consequências.....	662
VI - Reparação de dano	663
VII - Coação resistível.....	664
VIII - Influência de emoção violenta por ato injusto da vítima	664
IX - Confissão espontânea	664
X - Confissão e colaboração premiada.....	665
XI - Multidão em tumulto.....	667
Art. 66. Circunstância atenuante inominada.....	667
Circunstância atenuante inominada.....	667
Art. 67. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes	668
I - Concurso de circunstâncias e de causas.....	668
Art. 68. Cálculo da Pena	670
Art. 69. Concurso Material	672
I - Unidade e pluralidade de crimes.....	673
II - Concurso material ou real	676
Art. 70. Concurso Formal.....	679
I - Concurso formal ou ideal	679
Art. 71. Crime Continuado.....	683
I - Crime continuado.....	683
Art. 72. Multas no Concurso de Crimes.....	694
Art. 73. Erro na Execução	695
I - Erro acidental	695
II - Erro de execução (aberratio ictus).....	697
Art. 74. Resultado Diverso do Pretendido	697

Art. 75. Limite das Penas	699
I – Limites	699
II – Unificação	699
III - Condenação por fato posterior	700
IV – Recaptura	700
Art. 76. Concurso de Infrações	701

Capítulo IV

Da Suspensão Condicional da Pena

I - Antecedentes históricos	701
II - Natureza jurídica	702
III – Finalidade	703
Art. 77. Requisitos	703
I - Suspensão condicional do processo	703
II - Natureza jurídica	705
III - Requisitos e espécies.....	706
IV – Questionamentos	709
Art. 78. Período de observação	710
Art. 79. Especificações de outras condições.....	712
Art. 80. Suspensão, restritivas de direitos e multa	712
Art. 81. Revogação Obrigatória. Revogação Facultativa. Prorrogação do Período de Prova.....	713
I - Revogação	713
II - Audiência admonitória e período de prova.....	715
Art. 82. Cumprimento das Condições.....	716
I - Cumprimento e fiscalização das condições	716

Capítulo V

Do Livramento Condicional

I - Antecedentes históricos	718
II - Evolução histórico-normativa do direito pátrio.....	719
III - Conceito e natureza jurídica	724
Art. 83. Requisitos	725
I - Presunção de que não voltará a delinquir (exame criminológico)	728

Art. 84. Soma de Penas	729
I - Soma de penas, unificação e crimes continuados	729
Art. 85. Especificações das Condições	734
Condições	734
Art. 86. Revogação do Livramento	735
Revogação obrigatória e seus efeitos	735
Art. 87. Revogação Facultativa	737
Art. 88. Efeitos da Revogação	738
Art. 89. Extinção	739
Art. 90. Término do livramento não revogado	740
I - Extinção da pena	740
II - A questão do estrangeiro	741

Capítulo VI

Dos Efeitos da Condenação

Efeitos penais	742
Efeitos Genéricos e Específicos.....	743
Art. 91. Efeitos da condenação: genéricos e específicos	743
Genéricos e específicos	744
Art. 91-A. Decretada a perda, como produto ou proveito do crime. Patrimônio do condenado. Sentença condenatória.....	747
Art. 92. Efeitos também da condenação	748
I – Efeitos específicos da condenação	748
II - Efeitos nas leis extravagantes	753

Capítulo VII

Da Reabilitação

Art. 93. Reabilitação	754
I - Evolução histórico-normativa.....	755
II - Sigilo dos registros criminais	756
Art. 94. Requisitos	757
I - Pressupostos e requisitos	757

Art. 95. Revogação.....	758
Título VI	
Das Medidas de Segurança	
Estado de Direito e medidas de segurança	760
II - Evolução histórico-normativa do direito pátrio.....	765
Espécies de Medidas de Segurança.....	773
Art. 96. Medidas de segurança.....	773
I – Finalidades.....	775
II - Estabelecimento adequado.....	776
Art. 97. Imposição da Medida de Segurança para Inimputável. Prazo. Perícia Médica. Desinternação ou liberação condicional. Tratamento ambulatorial.....	777
I - Medida de segurança para inimputável	777
II - Impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança por fatos diversos.....	779
III - Perícia médica	780
IV - Cessação de periculosidade	781
Art. 98. Substituição da Pena por Medida de Segurança para o Semi-Imputável	782
I - Medidas de segurança para o semi-imputável.....	782
II - Desinternação hospitalar ou liberação ambulatorial	785
III - Início e Extinção.....	787
Art. 99. Direitos do Internado	788
I - Direitos do internado	788
Título VII	
Da ação penal	
Ação Pública e de Iniciativa Privada	791
Art. 100. Ação Penal Pública.....	791
I - Ação penal pública incondicionada.....	794
II - Ação penal de iniciativa pública condicionada.....	797
III - Ação penal de iniciativa privada.....	800
IV - Ação penal privada subsidiária da pública	801
Art. 101. Ação Penal no Crime Complexo.....	803
I - Crime complexo.....	803
II - Delitos contra a liberdade sexual	803

Art. 102. Irretratabilidade da Representação	805
I - Representação	805
II – Retratação	806
Art. 103. Decadência do Direito de Queixa ou de Representação	806
I – Decadência	807
Art. 104. Renúncia Expressa ou Tácita do Direito de Queixa	808
I – Renúncia	809
Art. 105. Perdão do Ofendido	810
I - Perdão do ofendido	810
Art. 106. Perdão, no processo ou fora dele, expreso ou tácito	811
Título VIII	
Da Extinção da Punibilidade	
I - Condições objetivas de punibilidade	813
Extinção da Punibilidade	816
Art. 107. Requisitos	816
I - Morte do agente	816
II - Certidão de óbito falsa	817
III – Anistia	818
IV – Graça	819
V – Indulto	820
VI – Histórico dos indultos na redemocratização	825
VII - Modalidades do indulto	826
VIII - Abolitio Criminis	826
IX – Prescrição	827
X – Decadência	829
XI – Perempção	830
XII – Renúncia	833
XIII – Retratação	835
XIV - Reparação do dano no peculato culposo	835
XV - Perdão judicial	837
Art. 108. Extinção da punibilidade nos crimes conexos	840

Art. 109. Prescrição antes de Transitar em Julgado a Sentença	841
I - Prescrição da pretensão punitiva	842
Art. 110. Prescrição Depois de Transitar em Julgado Sentença Final Condenatória....	846
Art. 111. Termo Inicial da Prescrição Antes de Transitar em Julgado a Sentença Final ...	849
Art. 112. Termo Inicial da Prescrição Após a Sentença Condenatória Irrecorrível	851
Art. 113. Prescrição no Caso de Evasão do Condenado ou de Revogação do Livramento Condicional.....	853
Art. 114. Prescrição da Multa.....	855
Art. 115. Redução dos Prazos de Prescrição.....	858
Art. 116. Causas Impeditivas da Prescrição	859
Art. 117. Causas Interruptivas da Prescrição.....	862
I - Causas interruptivas da prescrição.....	863
II - Recebimento da denúncia ou da queixa	863
III – Pronúncia.....	864
IV - Decisão confirmatória da pronúncia	865
V - Publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível	865
VI - Início ou continuação do cumprimento de pena	866
VII – Reincidência	866
VIII - Crimes conexos que sejam objeto do mesmo processo	867
Art. 118. As penas mais leves prescrevem com as mais graves.....	867
Art. 119. Concurso de crimes e extinção da punibilidade	869
Art. 120. Perdão Judicial.....	869
BIBLIOGRAFIA.....	873